



A GESTÃO ESTATAL BRASILEIRA: A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO, A DESPOLITIZAÇÃO DA POLÍTICA, OS REBATIMENTOS NA QUESTÃO SOCIAL E NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Thais Luiz Vargas¹

RESUMO

O artigo em voga consiste na apresentação de um estudo que corresponde a um desdobramento de análise que teve seu marco na produção da dissertação de mestrado intitulada: "O Governo Lula e a Administração Pública Federal: Uma Análise Crítica", esta que teve como proposta central analisar, apreender e desvelar a conformação da Administração Pública estatal brasileira em seu modelo patrimonial, burocrático e gerencial. Tem como proposta abordar em linhas gerais, o processo de privatização do público, a despoliticização da política e os rebatimentos na questão social e nas políticas sociais.

Palavras-chave: Gestão estatal; despoliticização; questão social e políticas sociais.

ABSTRACT

The current article consists of the presentation of a study that corresponds to a breakdown of analysis that had its mark in the production of the master's dissertation titled: "The Lula Government and the Federal Public Administration: A Critical Analysis", which had as central proposal analyze, apprehend and unveil the conformation of the Brazilian State Public Administration in its patrimonial, bureaucratic and managerial model. Its purpose is to approach broadly the privatization of the public, the depoliticization of politics and the refutation of social issues and social policies.

KeyWords: State management; depoliticization; social issues and social policies.

¹ Possui graduação em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2007) e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF (2007). MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná- Unopar. Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF. Atualmente é doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

INTRODUÇÃO

A proposta do artigo ora apresentado segue um percurso de análise sócio-histórica que concentra-se no estudo mais amplo da gestão estatal percorrendo os meandros da Administração Pública no contexto do sistema capitalista, visando buscar compreender como se processa a privatização do público, a destituição da fala e a anulação da política, nos termos do sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, que permite compreender como o Estado brasileiro contemporâneo vem se ordenando e promovendo uma despolitização da questão social- com o revigoramento de práticas conservadoras destinadas ao trato da questão social com a perda da dimensão de universalidade de acesso às políticas sociais- e ainda, a busca desenfreada pela harmonização de antagonismos levadas a cabo pelos governos neoliberais² (especialmente os governos do PT Lula e Dilma e atualmente o aprofundamento das contrarreformas pela gestão do golpista Michel Temer do PMDB), que esvazia e redefine, na cena política, as pautas e as agendas que postas pelos movimentos sociais, comprometendo de maneira geral, sua legitimidade e autonomia para a denúncia da realidade social marcada pelo refluxo da luta de classes, pelo esvaziamento da esfera pública, pelo desmonte das políticas sociais e, conseqüentemente, com a violação e intransigência no que concerne aos direitos sociais.

Para tanto, visando desenvolver uma análise do tema proposto, acredita-se ser de suma relevância remeter, sucintamente, a estudos teóricos já realizados, que servirão de embasamento e norte para o desdobramento do objeto de estudo em questão. Assim, considera-se importante, o resgate da perspectiva marxista que tornou possível decifrar, primeiramente, em que consiste a administração em um sentido geral e, posteriormente, dentro do modo de produção capitalista e ainda, compreender a organização e a estrutura interna do Estado burguês e do funcionamento da ordem administrativa.

A produção teórica da dissertação e seus resultados tornou-se um elemento central para que fosse possível pensar a Administração Pública brasileira em suas

² De acordo com Chesnais (2002), o neoliberalismo constitui uma estratégia ideo-política das classes dominantes na busca de reversão da crise do capital nos anos 1970, que atingiu movimentos progressistas e ainda, o debate sobre desenvolvimento econômico e social deu lugar à agenda política neoconservadora sobre liberalização e desregulamentação dos mercados, estabilidade dos preços e privatização dos bens públicos.

múltiplas facetas, a partir da análise da crise capitalista e das transformações neoliberais (processo de contrarreformas) - parametradas pelo Consenso de Washington³. E ainda, permitiu elucidar, em linhas gerais, os atravessamentos que permeiam as contradições presentes na relação capital e trabalho e finalmente, contudo não menos relevante, viabilizou a apreensão de como as mudanças ocorridas no âmbito do Estado, da Sociedade e da Administração Pública brasileira, encontram-se imbricadas ao cenário de transformação dos interesses hegemônicos do capital financeiro, em um contexto determinado das lutas de classes.

Resumidamente, dentre os aspectos apreendidos com o estudo supracitado, torna-se relevante destacar: a) a compreensão das razões históricas, sociais e políticas que culminaram na **imbricação** da burocracia com o patrimonialismo na organização e constituição da ordem administrativa brasileira, b) a apreensão acerca dos aspectos que conformaram o pacto de dominação conservadora no Brasil, c) a análise do processo de abertura democrática no Brasil (pós-ditadura militar), e) as conquistas advindas da Constituição Federal de 1988, f) e ainda, na conjuntura histórica dos anos 1990, têm-se no Brasil a consolidação desmedida do processo de contrarreformas neoliberais do Estado e no seu bojo a contrarreforma administrativa de natureza gerencial, esta que implica remeter a todos os governos neoliberais⁴ (Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva), inclusive e essencialmente o governo Lula (a partir da extensa análise documental da reforma administrativa de sua gestão - 2003-2010).

Desta forma, a partir do conhecimento acerca das especificidades da constituição histórica da Administração Pública brasileira, fundamentalmente no contexto de imbricação do patrimonialismo com a burocracia e os determinantes desta relação (com a reposição do patrimonialismo sobre bases racional-legais) e ainda, a implicação da lógica gerencial no âmbito administrativo do Estado, nota-se a presença de uma questão de fundo que requer uma análise minuciosa, qual seja: o processo de privatização do público, a destituição da fala, a anulação da política e

³ De acordo com Paes de Paula (2007), a reunião realizada em Washington em 1989, com representantes do governo estadunidense, organismos financeiros internacionais e economistas de diversos países culminou no "consenso" sobre a eficiência das reformas de Estado orientadas para o mercado, tendo como alvo países emergentes como o Brasil.

⁴ No evento em voga, estará disponível um artigo de autoria de Thais Luiz Vargas, que aborda a seguinte questão: "Ordenação da Administração Pública Brasileira: De Lula à Temer- um avanço da ofensiva neoliberal e da contrarreforma estatal", a fim de dar prosseguimento aos estudos das gestões pós Lula.

os rebatimentos de tal processo no âmbito das políticas sociais e dos direitos sociais no Brasil.

De acordo com Oliveira (2007), no Brasil encontra-se um arraigado patrimonialismo que não cede lugar à modernização das relações sociais; ao contrário, para o autor, o patrimonialismo, ou em outros termos nas palavras do autor "cordialidade" é permanentemente atualizada pela abissal desigualdade social, que torna a democracia uma "quimera".

É possível afirmar que a problemática ora proposta, concentra-se no processo de esvaziamento da esfera pública, esta que situa-se no âmbito da Administração Pública Federal e que vem sendo permeada pela lógica gerencial de gestão estatal (de cunho neoliberal), implicando em um perverso cenário de contrarreformas, estas que criam um campo fértil para a ampliação dos programas sociais⁵ voltados para o atendimento às necessidades mínimas da população, em plena sintonia com as determinações neoliberais de reforço do mercado, gerando assim, um cenário que vem favorecendo amplamente o processo de privatização do público, essa que vem acompanhada do que Oliveira (1999), chama de cooptação, destituição da fala e anulação da política que expressa-se essencialmente na pulverização dos movimentos sociais e a ampliação do terceiro setor, que acaba por culminar na unicidade das lutas e organização de classe, no refluxo das lutas sociais, no ideário de solidariedade que fomentou a filantropização do social e de identificação do direito como produto do mercado.

Desta forma, entende-se que o processo de privatização do público associado ao processo de destituição da fala, anulação da política e refluxo na organização e na luta de classes, vem culminando em uma ampla desresponsabilização Estatal no tocante às expressões da questão social⁶. De acordo com Braga (2010), a cooptação dos movimentos sociais momento esvazia o conteúdo político da questão social, engendrando o processo de sua despolitização.

⁵ Oliveira (2010) analisa que a criação do Programa Bolsa Família, por exemplo, despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade, transformando as mesmas em problemas resolvíveis na gestão pública. De acordo com Braga: "sob Lula, a política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes"(BRAGA, 2010, pg. 08).

⁶ De acordo com Yamamoto e Carvalho (2004) a questão social é a expressão da dominação entre os homens na sociedade capitalista. Ou seja, decorre da contradição capital x trabalho, e é um desdobramento da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, do reconhecimento dos seus interesses por parte do Estado, em que a produção da mercadoria é coletiva, mas a sua apropriação é privada.

De acordo com Barison (2014, pg.24), a despolíticação da questão social "abre brechas" para reforçar representações do senso comum que entende suas expressões como problemas isolados e fragmentados das relações sociais mais amplas, o que as conecta, segundo a autora, ao campo da ordem privada na medida em que sua gênese é inscrita no plano da subjetividade dos indivíduos. Nas palavras da autora:

(...) Despolitizar a questão social implica ainda em favorecer a compreensão de que as manifestações da questão social são problemas resolvíveis no âmbito do planejamento e da gestão de programas sociais (...) Por fim, despolitizar a questão social assegura a ampliação de mecanismos que traduzem as ações coercitivas do Estado. (BARISON, 2014, pg. 24)

Nesse mote, o que pode-se observar é um apelo desmedido do Estado à solidariedade social, reforçando as noções de filantropia, caridade e assistencialismo, resultando na fragmentação e despolíticação junto às políticas sociais. Vale ressaltar, que todo esse processo se gesta no âmbito da conformação do Estado capitalista brasileiro, mais especificamente no âmbito de sua administração pública, essa que ao longo do processo sócio-histórico, estrutura-se da seguinte maneira: sua gestão é constituída de um "mix" de patrimonialismo, burocracia e gerencialismo (imbricados) que, seguindo os preceitos neoliberais, favorecem amplamente o processo de privação do público e o desmonte das políticas sociais, culminando no agravamento da questão social na contemporaneidade.

Para apreender os meadros da problemática em voga, torna-se relevante, portanto, elucidar em linhas gerais a conformação da Administração Pública brasileira, para que seja possível buscar às múltiplas determinações de um Estado que conforma-se na contemporaneidade com uma marca que pauta-se na ampla privatização da gestão pública, que somado ao esvaziamento da luta de classes (expressa fundamentalmente no refluxo e cooptação e institucionalização dos movimentos sociais), tem um reflexo e impacto no tocante ao agravamento da questão social e suas diversas expressões.

Dessa forma, é possível ressaltar, com base em estudos prévios, (a partir da análise documental da reforma administrativa dos governos neoliberais, em especial do governo Lula em seus dois mandatos), um quadro em que a gestão estatal

encontra-se pautada no enfraquecimento da esfera pública e na desresponsabilização do Estado para com a sociedade.

É possível afirmar, em linhas gerais, que os governos neoliberais no Brasil vem fortalecendo e consolidando uma gestão administrativa que vai ao encontro dos processos elencados acima, em que torna-se possível constatar um cenário em que a referida gestão vem desenvolvendo uma ampla política de isenção junto às demandas das classes subalternas, e as políticas sociais tornam-se um tema relevante e complexo, uma vez que expressa relações tensas entre Estado e sociedade, economia e política, e entre o princípio da liberdade, igualdade e equidade ou justiça social, desvinculados da anulação política e da fala e com o refluxo da representatividade de classe, vem gerando um processo de passividade perversa por parte da classe que vive do trabalho, essa que torna-se cada vez mais espoliada do debate político, da luta de classes na sociedade brasileira.

Sendo assim, frente à atual conformação da Administração Pública Federal brasileira e suas várias (contra) reformas, faz com que o Estado pareça uma "objetividade subjetivada" nos termos de Oliveira (1999, pg.72). O antropólogo elucida ainda que o ex-Ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira é o que melhor encarna essa proposta reducionista do Estado, essa que vem se materializando de forma perversa desde 1995 (Plano Diretor da "Reforma do Estado"). O quadro reforça o contexto em que a ênfase recai no processo de uma pseudo corresponsabilidade entre os atores públicos e privados, que na essência do processo recai sob a sociedade civil, mais especificamente sob a classe que vive do trabalho. Esse processo de desresponsabilização estatal (e de uma administração que reforça o mesmo) encontra-se na base de muitas políticas sociais, que enfatizam o papel da família, da comunidade e do "terceiro setor", que vem ocorrendo, como já mencionado, no contexto de contrarreformas do Estado, diminuindo a responsabilidade pública que vem sendo substituída pela "eficiência privada" (discurso gerencial) na gestão administrativa do atual Estado neoliberal.

A conformação da gestão administrativa brasileira (pelos diversos governos neoliberais pós década de 90), vem rompendo com a universalidade e o princípio da uniformidade e equivalência dos direitos, preconizados, essencialmente, na Constituição Federal de 1988, que somado ao processo de destituição da fala, da

anulação da política e refluxo da organização de classe (luta de classe), que vem culminando na ampla destituição de direitos socialmente conquistados e distante de uma democracia como valor estratégico, uma vez que a funcionalidade ao avanço do processo democrático dependerá sempre, nas palavras de Netto (1990), das condições históricas em que se opera a luta política.

AS ESPECIFICIDADES DO ESTADO BRASILEIRO E A CONFORMAÇÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Torres (2004), enfatiza que desde a descoberta do Brasil até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro pode ser descrito como a grande instituição garantidora dos privilégios sociais e econômicos de uma elite rural, “aristocrática e parasitária” (ibidem, p. 77). Sendo que esse tipo de relação entre a elite agrária e o Estado brasileiro configura o patrimonialismo – este último, para o autor, predominou na Administração Pública de forma absoluta até 1930, momento histórico em que há uma reordenação política do Estado.

Contudo, ampliando a concepção do autor, considera-se relevante destacar que o patrimonialismo como ordem administrativa foi predominante no Brasil em todo o período imperial e durante a República Velha – que com o passar dos anos acabou se articulando com a estrutura burocrática nascente, configurando, portanto, a base da Administração Pública brasileira.

Nesse sentido, de acordo com Souza Filho (2006) a Administração Pública brasileira nasce, desenvolve e se consolida (até os dias atuais) a partir de uma “espinha dorsal” que combina o patrimonialismo com a burocracia – fato que acaba por configurar uma unidade contraditória, mas que atende a particularidade do capitalismo periférico brasileiro e da “revolução burguesa não clássica que aconteceu no país” (ibidem, 115).

Assim, no contexto impresso pela Revolução de 1930, com o primeiro governo de Getúlio Vargas, o patrimonialismo passa a dividir os espaços e a cultura da Administração Pública com o modelo burocrático que vai sendo gradativamente implantado no Brasil. Reitera-se que até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro estava totalmente sob domínio e controle da elite agrária. Sendo assim, em decorrência do processo de urbanização e industrialização que o Brasil passou a

vivenciar a partir da década de 30, têm-se um rearranjo político do Estado, no sentido de atender as pressões modernizantes de uma incipiente burguesia nacional que buscava seu lugar de destaque no cenário mencionado.

Neste mote, torna-se possível compreender que o processo de implementação da lógica burocrática no país é marcado por características e injunções políticas ainda permeadas por um viés patrimonialista muito intenso. Isto é, pode-se identificar no Brasil o processo de imbricação do patrimonialismo com a burocracia, como resultado da relação entre setores não-capitalistas e capitalistas da economia. Tal relação constituiu a base estrutural do pacto de dominação conservador que operou a industrialização brasileira e que culminou na necessidade de uma ordem administrativa que combinasse a burocracia [com seus aspectos racionais-legais] com o patrimonialismo [elementos tradicionais] (SOUZA FILHO, 2006, p.30).

Assim, a análise de Souza Filho (2006) vai ao encontro da realizada por Nogueira (1998), na medida em que o último afirma o Estado brasileiro tornou-se racional-legal sem deixar de ser patrimonialista, passando a existir no âmbito administrativo uma imbricação do patrimonialismo com a burocracia, momento em que a competição econômica politizou-se intensamente, sendo que a concorrência ao invés de buscar sua afirmação no mercado, transformou-se em luta pela conquistas de espaços junto ao poder estatal. Assim, o aparelho do Estado foi progressivamente fragmentado, vinculando-se aos vários privatismos, conseqüentemente, tornando-se relativamente incapacitado para responder às múltiplas demandas sociais.

Conforme elucida Faoro (1975, p.736), o "estamento administrativo", agente do patronato político nacional passa de aristocrático à burocrático sem perder os vínculos tradicionais, com o "patrimonialismo pessoal" convertendo-se em "patrimonialismo estatal". Por outro lado, a competição econômica politizou-se intensamente: a "concorrência", ao invés de buscar afirmação no mercado, transformou-se em luta pela conquista de espaços junto ao poder estatal, posições de onde se poderia participar vantajosamente do jogo político e econômico.

Além do aspecto mencionado, vale enfatizar que o contexto sócio-histórico que demarca a imbricação da burocracia com o patrimonialismo no país é delineado por uma conjuntura em que o emergente processo de industrialização no Brasil

surge e se desenvolve fortemente integrada aos interesses agrários. Para Oliveira (1998), "a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo articulando assim uma relação **desigual e combinada** (ibidem, 1998, p.36, grifo nosso).

De acordo com Souza Filho (2006), a relação intrínseca entre o setor agrário e o setor industrial determinará uma dominação de classe composta pela burguesia industrial e a oligarquia tradicional agrária, sendo que tal dominação necessitará de elementos burocráticos e patrimonialistas para a sua materialização e realização. Como as elites rural e oligárquica constituem a gênese do capital industrial – ou elemento fundamental para o processo de crescimento urbano-industrial –, "a expansão das relações capitalistas no Brasil não pode ser realizada rompendo com a oligarquia tradicional", uma vez que os laços genéticos e estruturais e os privilégios dessa relação constituem os aspectos determinantes das estruturas de dominação do país (ibidem, 2006, p.171).

Neste mote, o início do processo de industrialização no Brasil, que se conforma mais especificamente na década de 50, é marcado por uma coalizão dominante passa a ter como objetivo central conduzir a economia brasileira a um novo patamar de desenvolvimento capitalista, com um processo de industrialização que tinha como objetivo central acelerar a capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis, marcando assim a irrupção do capitalismo monopolista no Brasil. Deste modo, a partir da década de 1950 será consolidado o Estado desenvolvimentista brasileiro, que tem como marco inicial a inflexão econômica, política e social ocorrida no Brasil a partir da revolução de 1930.

No tocante à ordem administrativa brasileira, essa deverá se adequar a esse contexto de aceleração do desenvolvimento industrial e de início da emergência do capitalismo monopolista visando operar o projeto em voga.

Mediante tal contexto, a ordem administrativa brasileira deverá se adequar ao processo de expansão capitalista em questão, não perdendo de vista a mencionada dependência mútua (capital agrícola e capital industrial), mantendo os segmentos populares mais uma vez excluídos desse processo – uma vez que a classe trabalhadora não participou das definições e dos rumos da expansão capitalista em voga.

Para tanto, com a finalidade de acelerar o processo de industrialização no Brasil, em termos políticos e técnicos, foi imprescindível a constituição de uma burocracia insulada⁷ – esta última que acaba por evitar a interferência clientelista e populista no mencionado processo de desenvolvimento industrial que emergia no país. Ou seja, os contornos centrais do projeto desenvolvimentista eram determinados político e ideologicamente pelo pacto conservador com o respectivo apoio total do Estado no sentido de corresponder à dominação existente.

Desta forma, pode-se afirmar que a expansão da burocracia insulada tem como finalidade política a privatização do Estado pelas classes dominantes, constituindo, assim, a gestão racional capitalista – uma vez que privilegia-se neste processo a burguesia, utilizando recursos públicos para promover a acumulação. Souza Filho (2006) destaca que as ações legais desenvolvidas pelo Estado são racionais e não patrimonialistas, mesmo beneficiando privadamente determinado setor, grupos ou pessoas.

No tocante ao contexto da ditadura militar, de acordo com Nogueira (2004) que os acontecimentos de 1964 constituíram um ponto de inflexão na história brasileira. No referido ano, segundo o autor, não houve apenas um golpe no Brasil, mais uma alteração nas formas do Estado e na qualidade do processo sócio-político. Exatamente por isso, não se configurou uma ditadura militar em sentido estrito, ou seja: embora tenha sempre dependido decisivamente dos militares, o regime ditatorial foi muito mais complexo e "sofisticado".

A ditadura fez uso indiscriminado e irresponsável do Estado como agente do desenvolvimento e regulação, mas não conseguiu organizá-lo de forma mais eficiente e muito menos de forma democrática, culminando por esses motivos em uma sociedade que acabou se revoltando contra tal forma de governar. Frente à conjuntura apresentada, de acordo com Nogueira (1998) cristalizou-se, nesse momento, o paradoxo de uma administração direta enfraquecida e marginalizada convivendo com uma administração indireta reforçada sem qualquer sinergia ou planejamento e atravessada pelo espírito da concorrência.

⁷ As determinações centrais da expansão capitalista têm no insulamento burocrático a forma técnica e política para se processar o capitalismo monopolista, mantendo o controle da classe trabalhadora em relação à sua participação política e seu acesso às riquezas produzidas.

Neste ínterim, no contexto de fim da ditadura e abertura democrática, têm-se um quadro em que a década de 80 no Brasil foi marcada por manifestações e pressão pública de organizações da sociedade civil, as quais defendiam uma lógica global de política social pautada pelo padrão democrático, visto que a conjuntura histórico-estrutural caracterizava-se pelo processo de abertura política com a luta pela ampliação e garantia de direitos sociais, culminando na promulgação da Constituição Federal em 1988.

Entretanto, o marco histórico que funda no Brasil, o processo de reabertura democrática (1984) que tinha como proposta estruturar burocraticamente o Estado e democratizá-lo – abrindo caminhos para que as classes subalternas e suas organizações pudessem de fato, criar condições políticas que viabilizasse a ampliação de direitos normatizados pela Carta Magna– acabou, no final da década de 90 (pós Constituição de 88), configurando um quadro de retrocessos, tendo em vista a implementação do modelo neoliberal no país.

Assim, ao invés de haver a ampliação e consolidação de direitos, pautados nos princípios constitucionais, o que observou-se foi um processo ampliado de contrarreformas (fundamentalmente no âmbito das políticas sociais). Desta forma, as condições econômicas e objetivas se reduzem significativamente no tocante ao processo de consolidação de uma contra-hegemonia ao capital.

De acordo com Nogueira (1998), é nesse marco histórico que o Estado brasileiro enfrenta uma série de dificuldades, as quais adquiriram transparência em alguns aspectos: intensa centralização administrativa; uma situação organizacional hipertrófica e distorcida – por meio do empreguismo, da sobreposição de funções e competências e da feudalização –, ineficiência na prestação de serviços e na gestão, privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos e na estrutura de benefícios e subsídios fiscais, reforço do executivo em detrimento dos demais poderes. Assim, todos esses aspectos reforçam o discurso da necessidade da reforma administrativa do Estado com a efetivação do projeto neoliberal no país.

PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO E A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: A DESTITUIÇÃO DA FALA E ANULAÇÃO DA POLÍTICA

De acordo com Habermas apud Lubenow (2012), o desenvolvimento do conceito de público e privado exige uma definição mais precisa no tocante à conformação dos mesmos no âmbito da sociedade burguesa. Segundo o autor, a gênese da esfera pública burguesa se constitui no contexto do pré-capitalismo industrial, momento em que se formam novos elementos de uma nova ordem social.

Sendo assim, a acepção supracitada de público e privada é que servirá de base norteadora da argumentação em voga. Nesse contexto, apropria-se da discussão do sociólogo Francisco de Oliveira (1999), em que o autor narra a privatização do público exerce um poder sem partilha, anula as falas, desmoraliza as demandas da sociedade. Agrega-se a tal contexto um refluxo dos movimentos sociais e da luta de classes que agrava ainda mais a questão social em suas múltiplas expressões, além dos rebatimentos no âmbito das políticas sociais na medida em que essas são sempre resultado que envolve mediações complexas, tais como: sociais, econômicas, culturais e políticas; atores, forças, classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal e privada. (PEREIRA; SILVA E PATRIOLA, 2006, pg.07).

De acordo com Oliveira (1999, pg.59), a formação sócio-histórica da sociedade brasileira é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia, em síntese, de anulação da política, do dissenso, do desentendimento.

A ANULAÇÃO E ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA: OS REBATIMENTOS NA QUESTÃO SOCIAL E NAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Iamamoto (2008), elucida que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista, e ainda, que sua gênese na sociedade capitalista deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização e mais ainda, de

seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como forma de satisfazer suas necessidades vitais.

Behring e Rossetti (2006) elucidam que as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se no Brasil de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais. Assim, cabe afirmar com base nas autoras mencionadas acima que, as marcas da formação social brasileira e a consolidação do capitalismo no país desde tempo longínquos é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente de direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca “*indelével*” da nossa formação, fato central para pensar a configuração da questão social e suas formas de enfrentamento.

E é justamente no contexto histórico de derrocada dos anos 90 no Brasil, frente ao contexto neoliberal, que as políticas sociais (que constituem uma das formas de enfrentamento das diversas expressões da questão social), acabam incorporando e sendo parametradas por princípios paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado (BEHRING, 2003, pg. 65). Assim, elas deixam de ser direito social, num contexto de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social.

Sendo assim, a questão social, essencialmente no contexto neoliberal, passa a ser objeto de ações filantrópicas e de benemerência, deixando de ser responsabilidade do Estado. As “redes” de proteção social acabam sendo “comunitárias” e “locais”. As políticas sociais passam a ser substituídas por “programas de combate à pobreza”, que visam, nos termos de Soares (2003), “minimizar” os efeitos do ajuste sobre os “mais pobres” ou “mais frágeis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que, compreender e develar a constituição e a conformação (e as respostas) contemporânea das políticas sociais em sua essência só é possível compreendendo os meandros da gestão administrativa estatal (gerencial por excelência), que reiteira no campo do discurso e da execução um processo ampliado de privatizações e desresponsabilização estatal para com as expressões da questão social na contemporaneidade. Além de ser de suma relevância

apreender como o processo que envolve a privatização do público, a destituição da fala e anulação da política vem refletindo na ausência da luta de classe e no reflexo dos movimentos sociais, culminando no que aqui foi tratado como "passificação perversa" da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARISON. M.S. **A Judicialização e a despolitização da questão social:** duas faces de uma mesma moeda. In: O Social em Questão. Ano XVIII, n.31. 2014.

BEHRING, E. **O Brasil em contra-reforma.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I. BEHRING, E. et alli. (orgs.). **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2006.

FAORO. R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo; São Paulo. Editora da USP, 1975.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUBENOW. J.A. **A Despolitização da Esfera Pública em Jurgen Habermas Sob a Perspectiva Sócio-Política.** In: Problematap Rev. Int. de Filosofia, vol.03, n.01, 2012.

NETTO. J.P. **JHC e a Política Social:** um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org). O Desmonte da Nação – Balanço do Governo FHC. Rio de Janeiro:Vozes, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **As Possibilidades da Política,** São Paulo, Paz e Terra, 1998.

_____. **Um Estado para a sociedade civil.** São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F; PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e a hegemonia global. Organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos de Cidadania- NEDIC. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PEREIRA, J.D; SILVA, S.S. de S; PATRIOLA, L. M. **Políticas Sociais no Contexto Neoliberal:** focalização e desmonste. In: Qualitas. Universidade Estadual da Paraíba. v.05, n.03, 2006.

SOUZA FILHO, R. de. **Estado, Burocracia e Patrimonialismo no Desenvolvimento da Administração Pública Brasileira.** 2006. 395 fls. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VARGAS, T. L.

A gestão estatal brasileira: a privatização do público, a despolitização da política, os rebatimentos na questão social e nas políticas sociais

SOARES, L.T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003. pgs 19-39.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.